

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.462.384 - DF
(2019/0062601-1)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
EMBARGANTE : EXPEDITO PEDRO BARBOSA
ADVOGADOS : JOZAFIA DANTAS DO NASCIMENTO - DF010546
ARGI AIRES CAVALCANTE - DF024997
EMBARGADO : HAMILTON LEVI DE LIMA
ADVOGADOS : MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO - DF017256
JOÃO PAULO DE SOUZA XAVIER - DF043203

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL DA DECISÃO EMBARGADA. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015). É inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

2. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator